

**ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO  
DIONÍSIO PINHEIRO  
E  
ALICE CARDOSO PINHEIRO**

*(Aprovado por despacho ministerial de 5  
de Maio de 1969).*

*Publicado no Diário do Governo, III série,  
n.º 195, de 21 de Agosto de 1969*

## E

*Publicado no Diário do Governo, III série,  
n.º 195, de 21 de Agosto de 1969*

# ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO DIONÍSIO PINHEIRO ALICE CARDOSO PINHEIRO

Impresso por ordem do Conselho de Administração da Fundação, em 1989.  
Publicado no Diário da República III série,  
n.º 101, de 17 de Agosto de 1989.

## TÍTULO I

### Denominação, natureza, duração e sede

Artigo 1.º — A Fundação que se denomina Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, instituída por disposição testamentária, é uma Instituição particular de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e reger-se-á pelas disposições dos presentes estatutos e nos casos omissos pelas leis portuguesas aplicáveis.

Art. 2.º — A Fundação é portuguesa, de duração ilimitada e tem a sua sede na vila e concelho de Águeda.

§ único — A sede social não pode ser transferida para qualquer outra localidade.

## TÍTULO II

### Fins e âmbito das actividades da Fundação

Art. 3.º — A Fundação propõe-se realizar como fins os seguintes:

- 1) — Cultura;
- 2) — Instrução;
- 3) — Assistência.

Art. 4.º — A Fundação realiza o seu fim cultural, considerado como principal, na organização, manutenção, conservação e enriquecimento da «Casa Museu» a instalar na vila de Águeda, reunindo ali todos os valores artísticos que Dionísio Pinheiro coleccionou, e mantinha quando da sua morte, nas casas de habitação, situadas na Avenida dos Combatentes,

n.º 200, da cidade do Porto e na rua do Adro da vila de Águeda, bem como outros valores artisticos que contribuam para o seu enriquecimento.

1) — Anexo à «Casa Museu» funcionará uma biblioteca, onde serão recolhidos todos os livros pertencentes a Dionísio Pinheiro, existentes na sua residência na cidade do Porto, bem como quaisquer outros que contribuam para a sua valorização.

Art. 5.º — A Fundação realiza os fins de instrução nos termos seguintes:

1) — Construindo na vila de Águeda, em local indicado por disposição testamentária, um edifício para o Ministério da Educação Nacional ali instalar uma Escola-Jardim;

2) — A instituição de dois prémios com a designação de Dona Alice Cardoso Pinheiro e Dionísio Pinheiro, destinados a premiar anualmente os alunos de ambos os sexos que, na Escola Industrial e Comercial de Águeda, tenham obtido a mais elevada classificação.

Art. 6.º — E realiza os seus fins de Assistência:

1) — Construindo, conservando e mantendo, em edifício anexo ao Jardim-Escola, uma cantina destinada a fornecer gratuitamente às crianças pobres que frequentem esta escola, pelo menos uma refeição naqueles dias em que a mesma escola funcione;

2) — Fornecendo a essas crianças agasalhos e calçado pelo menos uma vez por ano, na quadra do Inverno;

3) — Dando assistência aos pais das crianças pobres que frequentam a referida Escola, sempre que as condições económicas da Fundação o permitam.

### TÍTULO III

#### Património

Art. 7.º — O património da Fundação é constituído:

1) — Com bens mobiliários e imobiliários e a quantia de duzentos mil escudos em títulos da Hidro-Eléctrica do Douro, legados pelo seu fundador em disposição da sua última vontade;

2) — Com as quotas dos Amigos da Fundação;

3) — Com os bens doados pelos Amigos da Fundação e por terceiros;

4) — Com as doações, subvenções ou auxílios que lhes sejam atribuídos pelo Estado, Câmaras Municipais ou quaisquer outras entidades oficiais;

5) — Com as receitas provenientes das visitas à «Casa-Museu»;

6) — Com os rendimentos das propriedades que lhe pertençam;

7) — Com as heranças e legados que lhe forem deixados;

8) — Pelo produto da venda de imóveis nos termos da lei.

Art. 8.º — As receitas da Fundação, que podem ser ordinárias e extraordinárias, serão levadas a dois fundos — Fundo Disponível e Fundo de Reserva — para cada um dos quais se abrirá conta em qualquer instituição de crédito em Águeda.

Artigo 9.º — Constituem receitas ordinárias:

1) — O produto das quotas dos Amigos da Fundação;

2) — Os rendimentos dos bens da Fundação;

3) — As receitas das visitas à «Casa-Museu».

§ único — As demais receitas, seja qual for a sua proveniência, serão consideradas como extraordinárias.

Art. 10.º — O Fundo Disponível será constituído pelas receitas ordinárias e pelas extraordinárias com excepção das referidas nos números 1 e 7 do artigo 7.º.

Artigo 11.º — O Fundo de Reserva será constituído pelos bens mencionados nos números 1 e 7 do artigo 7.º, pela percentagem de 5% sobre todas as receitas do Fundo Disponível e por 60% do saldo do exercício, se o houver.

Art. 12.º — Se por deliberação da Assembleia Geral e para satisfação de fins estatutários ou para se colocar em melhores condições de rentabilidade, podem ser levantadas e aplicadas as receitas que derem entrada no Fundo de Reserva, não sendo, porém, permitido reduzir esse Fundo a menos de 5% das recei-

tas ordinárias do exercício do ano anterior àquele em que se façam esses levantamentos e aplicação.

Art. 13.º — O rendimento da quantia de duzentos mil escudos, referido no número 1 do artigo 7.º, fica reservado à instituição de dois prémios anuais, sob a designação de Dona Alice Cardoso Pinheiro e Dionísio Pinheiro, destinados a premiar os alunos de ambos os sexos que, na Escola Industrial e Comercial de Águeda, tenham obtido a mais elevada classificação.

Art. 14.º — A Fundação poderá:

1) — Adquirir e vender bens imobiliários, quer para as suas instalações e exercício das suas actividades, quer para aplicar mais produtivamente ou de forma menos aleatória os valores do seu património, ouvida a Assembleia Geral, salvo sendo para satisfação de disposição testamentária, pois que em tal caso, basta ouvir os membros do Conselho de Administração, mediante prévia autorização de quem de direito.

#### TÍTULO IV

##### Instalação e exercício das suas actividades

Art. 15.º — A Fundação instalará:

1) — A «Casa-Museu» em edifício próprio, a construir por Dona Alice Cardoso Pinheiro, na qualidade de herdeira do Fundador e como encargo da herança, no lote de terreno legado à Fundação e a desanexar dos terrenos sobranceiros da Quinta de S. Pedro, da vila e concelho de Águeda, localizado, por disposição testamentária, no ângulo sul-poente;

2) — Neste edifício, como anexa, ficará também instalada a biblioteca;

3) — O edifício destinado ao Jardim-Escola e à cantina será mandado construir pela Fundação que para tanto reservará um terço do produto da venda do prédio em que raiz lhe foi legado, situado na Avenida dos Combatentes, n.º 200, da cidade do Porto;

4) — O edifício referido no número anterior será localizado nos terrenos sobranceiros da Quinta de S. Pedro, já identificados;

5) — O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reunir-se-ão em sessão na «Casa-Museu», mas, enquanto esta não se encontrar construída, as respectivas sessões terão lugar no edifício da Avenida dos Combatentes, n.º 200, da cidade do Porto;

6) — Os Amigos da Fundação reunir-se-ão, em Assembleia Geral, na «Casa-Museu», mas enquanto esta não estiver construída, as respectivas sessões terão lugar em local previamente determinado.

#### TÍTULO V

##### Amigos da Fundação, suas categorias, admissão, direitos e deveres

Art. 16.º — A Fundação terá as seguintes categorias de Amigos:

- 1) — Efectivos;
- 2) — Extraordinários.

#### CAPÍTULO I

##### Dos Amigos Efectivos

Art. 17.º — Poderão ser amigos efectivos todos os indivíduos maiores de 18 anos, de ambos os sexos, portadores de bom comportamento moral e civil, e que não tenham praticado actos que afectem o prestígio ou os interesses da Fundação:

1) — A inscrição como Amigo efectivo depende do preenchimento do respectivo boletim do qual constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos: nome completo, filiação, data do nascimento, naturalidade e residência;

2) — A admissão, como Amigo da Fundação, será decidida pelo Conselho de Administração e da sua decisão não há recurso.



Art. 18.º — São direitos e deveres dos Amigos Efectivos:

1) — Ingresso gratuito na «Casa Museu» e Biblioteca durante as horas de abertura ao público, mediante apresentação do cartão que lhe será entregue pelo Conselho de Administração quando da sua admissão;

2) — Apresentar à consideração do Conselho de Administração as sugestões, memórias ou propostas que julguem convenientes à melhor realização dos fins da Fundação;

3) — Assistir, com direito de voto, às Assembleias Gerais e contribuir para o esclarecimento das questões que se discutirem;

4) — Votar e ser votado para o provimento dos diversos cargos dos Corpos Directivos;

5) — Ingresso das pessoas de família, mulher ou marido, ascendentes ou descendentes, na «Casa Museu» e na Biblioteca, utilizando os elementos de diversão e estudo que estas lhe proporcionem;

6) — Pagar com regularidade a quota de cem escudos (100\$00) por ano, em duas prestações de 50\$00 cada uma;

7) — Contribuir para o prestígio da Fundação e fomentar, pelos meios ao seu alcance, o seu progresso e desenvolvimento;

8) — Acatar as deliberações dos Corpos Directivos;

9) — Servir, com zelo, os cargos para que forem eleitos ou designados;

10) — Observar o disposto neste Estatuto.

## CAPITULO II

### Dos Amigos Extraordinários

Art. 19.º — Amigos extraordinários são de considerar só e unicamente os indivíduos de um e outro sexo que forem indicados pelo Fundador, na disposição da sua última vontade, para fazer parte do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 20.º — São direitos e deveres dos Amigos Extraordinários:

1) — Isenção do pagamento da quota anual de 100\$00;

2) — Assistir, querendo, com direito a voto, às Assembleias Gerais e contribuir para o esclarecimento das questões que se discutirem;

3) — As pessoas de família, mulher e marido, ascendentes e descendentes, têm ingresso na «Casa Museu» e Biblioteca, durante as horas de abertura ao público, independentemente do cartão referido no número 1 do artigo 18.º;

4) — Contribuir para o prestígio da Fundação e fomentar, pelos meios ao seu alcance, o seu progresso e desenvolvimento;

5) — Aceitar e desempenhar com zelo os cargos para que forem nomeados.

## CAPITULO III

### Das penalidades

Art. 21.º — As sanções a decretar aos titulares dos órgãos e aos Amigos da Fundação são da competência da Assembleia Geral, com votação por maioria e em escrutínio secreto, e podem consistir:

1.º — Advertência;

2.º — Demissão.

§ único — Nenhuma destas penas terá aplicação sem comunicação prévia ao titular dos órgãos ou ao Amigo da Fundação da falta de que é acusado, da sanção em que está incurso e dos motivos que a determinaram em carta registada com aviso de recepção. O facto de não apresentar a sua defesa no prazo que lhe for fixado, que não será inferior a vinte dias, deixa o respectivo Corpo Directivo, automaticamente, autorizado a decretar a penalidade prevista.

Art. 22.º — A advertência, que ficará registada, por lembrança, em livro próprio, será aplicada por faltas leves e em especial nos casos seguintes:

1) — Violação dos Estatutos por negligência e sem consequências graves;

2) — Não aceitação do cargo para que haja sido nomeado ou eleito nos termos do Estatuto, excepto se tiver obtido escusa.

Art. 23.º — A demissão que ficará registada em livro próprio e aplicável em faltas mais ou menos graves e designadamente nos seguintes casos:

1) — Atraso injustificável do pagamento de dezoito meses de quotas, tendo a Amigo da Fundação sido avisado do mesmo em carta registada;

2) — Reincidência em procedimento contrário aos Estatutos e Regulamentos;

3) — Condenação por qualquer crime considerado degradante ou infamante;

4) — Verificação de que o Amigo efectivo da Fundação não se encontra nas condições indispensáveis da sua admissão;

5) — Preenchimento do respectivo boletim por efeito de admissão com falsas declarações conscientemente prestadas;

6) — Provocação ou incitamento à desordem na sede da Fundação e nas suas dependências, quer por actos quer por palavras;

7) — Injúria ou difamação dirigida à Fundação, à memória do seu Fundador ou aos Corpos Directivos;

8) — Provocação de prejuízos morais ou materiais à Fundação, independentemente da indemnização pelos danos causados.

## TITULO VI

### Dos corpos directivos

Art. 24.º — A Fundação terá os seguintes Corpos Directivos:

1) — Assembleia Geral;

2) — Conselho de Administração;

3) — Conselho Fiscal.

Art. 25.º — A duração do mandato dos cargos da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é de quatro anos.

1) — A nomeação dos membros para o Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, feita por disposição testamentária, é de duração vitalícia, não tendo, consequentemente, aplicação a regra do corpo deste artigo;

2) — Mas, encontrando-se vaga a maioria dos lugares do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, proceder-se-á à eleição para preenchimento dos cargos vagos, dentro de sessenta dias seguintes à verificação do facto;

3) — O mandato dos membros eleitos para os fins do número anterior durará até ao fim do quadriénio em que se verificarem as vagas;

Art. 26.º — É gratuito o exercício dos Cargos Directivos.

Art. 27.º — São eleitores e elegíveis para os cargos directivos todos os Amigos da Fundação, de maior idade, que saibam ler e escrever e que tenham sido admitidos há mais de sessenta dias.

§ 1.º — Não podem ser eleitores nem elegíveis:

1) — Os que não se encontrarem no pleno gozo dos seus direitos civis, políticos e estatutários;

2) — Os que não tiverem as suas quotas em dia;

3) — Os empregados remunerados da Fundação;

4) — Os que tiverem contrato ou pleito com ela.

§ 2.º — Não podem fazer parte do mesmo corpo directivo os parentes por consaguinidade ou afinidade em qualquer grau da linha recta e os irmãos.

Art. 28.º — É permitida a reeleição para todos os cargos dos corpos directivos.

## CAPITULO I

### Da Assembleia Geral

Art. 29.º — A Assembleia Geral é constituída por todos os Amigos da Fundação que possam ser eleitores.

Art. 30.º — A Assembleia Geral é dirigida por um presidente e dois vogais, fazendo o mais novo destes de secretário.

1) — O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vogal que não exercer as funções de secretário;

2) — Na primeira convocação tomará a presidência o Amigo da Fundação mais antigo que estiver presente;

3) — Os vogais serão substituídos nas suas faltas e impedimentos pelos Amigos da Fundação, escolhidos por quem presidir à Assembleia.

Art. 31.º — A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação com a maioria e a segunda com qualquer número.

1) — Entre a primeira e a segunda convocação não poderá decorrer menos de uma hora, nem mais de oito dias.

Art. 32.º — A convocação da Assembleia Geral far-se-á com antecedência não inferior a oito dias, por meio de aviso aos Amigos da Fundação e de anúncio publicado pelo menos em um periódico da localidade, havendo-o.

Art. 33.º — A Assembleia Geral terá reuniões ordinárias e extraordinárias:

1) — Reunirá em sessão ordinária nos meses de Fevereiro e Novembro de cada ano, e em sessão extraordinária sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julgarem necessário;

2) — Na sessão ordinária a realizar em Fevereiro de cada ano, a Assembleia Geral apreciará o relatório e contas da gerência do ano anterior, que serão sempre acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal. E podem ser tratados nesta sessão quaisquer outros assuntos, desde que se tenham feito constar da respectiva convocatória;

3) — A sessão ordinária a realizar em Novembro de cada ano, deve ter lugar na segunda quinzena e votará o orçamento e o plano de actividades a apresentar pelo Conselho de Administração para o ano seguinte do seu mandato;

4) — Havendo lugar à eleição dos Corpos Directivos, esta far-se-á na sessão ordinária da segunda quinzena de Novembro. Neste caso, na primeira quinzena de Dezembro, realizar-se-á nova sessão ordinária, na qual o Conselho de Administração eleito apresentará, para apreciação e votação, o orçamento e plano de actividades para o primeiro ano do quadriénio para que foi eleito;

5) — Nos anúncios convocatórios das sessões extraordinárias indicar-se-á o objectivo da reunião;

6) — Sempre que a Assembleia Geral funcione como colégio eleitoral, o Conselho de Administração apresentará, com oito dias de antecedência, os respectivos cadernos eleitorais;

7) — Estes cadernos, referidos no número anterior, estarão patentes aos Amigos da Fundação até à véspera daquela sessão ordinária em que a Assembleia Geral funcione como colégio eleitoral.

Art. 34.º — É proibida a discussão de assuntos alheios aos fins para que a Assembleia Geral é convocada.

Art. 35.º — Finda a eleição, a realizar por levantados e sentados, serão proclamados eleitos os mais votados; no caso de empate preferirá o Amigo da Fundação mais idoso.

Art. 36.º — Das reuniões da Assembleia Geral será lavrada acta em livro próprio, a qual será lida para efeito de aprovação no fim da sessão.

§ único — A Assembleia Geral pode delegar na Mesa a competência para redigir a acta, considerando-se esta desde logo aprovada na parte relativa às deliberações que foram tomadas.

Art. 37.º — Nas sessões da Assembleia Geral deverá respeitar-se a seguinte ordem de tratados:

1) — Leitura da convocatória;

2) — Expediente da mesa de Assembleia Geral;

3) — Discussão de qualquer assunto que interesse à Fundação, mas sem carácter deliberativo;

4) — Ordem do dia.



Art. 38.º — São atribuições da Assembleia Geral:

- 1) — Eleger ou exonerar os Corpos Directivos de eleição;
- 2) — Apreciar e votar o relatório e contas, o orçamento e o plano de actividades;
- 3) — Discutir e votar a reforma destes Estatutos;
- 4) — Deliberar sobre a adopção de novas modalidades de assistência;
- 5) — Autorizar a aplicação e despesas correntes de fundos capitalizados;
- 6) — Autorizar a aquisição de bens imobiliários a título oneroso e a sua alienação por qualquer título;
- 7) — Decretar as penalidades e aplicar aos titulares dos órgãos, bem como aos Amigos da Fundação.

Art. 39.º — Compete ao Presidente da Assembleia Geral:

- 1) — Dar posse aos Corpos Directivos;
- 2) — Assinar as actas das sessões da Assembleia Geral;
- 3) — Convocar as sessões da mesma Assembleia nos termos dos Estatutos e dirigir os trabalhos;
- 4) — Rubricar o livro das actas da Assembleia Geral, assinando os termos respectivos;
- 5) — Ordenar a passagem das certidões das actas ou seus extractos, quando seja caso disso e tanto for requerido.

Art. 40.º — Compete ao Secretário:

- 1) — Preparar todo o expediente para as reuniões da Assembleia Geral;
- 2) — Redigir as actas das sessões e passar certidões;
- 3) — Dar expediente ao mais, ordenado pelo Presidente.

## CAPITULO II

### Do Conselho de Administração

Art. 41.º — O Conselho de Administração é constituído por:

- Um presidente
- Um secretário
- Um tesoureiro
- Dois vogais

Art. 42.º — Os cinco primeiros membros do Conselho de Administração foram nomeados por disposição testamentária, sendo o seu mandato vitalício nos termos do número 1) do artigo 25.º.

1) — As vagas deixadas pelos Amigos Extraordinários serão preenchidas pelos Amigos Efectivos tendo sempre em consideração o determinado nos números 2) e 3) do artigo 25.º;

2) — Quando se encontre vago o cargo de Presidente do Conselho de Administração assumirá a presidência o vogal mais idoso, o qual, no prazo de vinte dias, deverá comunicar o facto, por officio, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que convocará, dentro de trinta dias, esta Assembleia para a eleição do novo Presidente.

Art. 43.º — As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos presentes, tendo o Presidente voto de qualidade. As votações são nominais.

Art. 44.º — Os cargos de Secretário e de Tesoureiro são da escolha do Conselho de Administração, mas entre os seus membros, enquanto as receitas da Fundação o contrário não permitirem.

1) — Enquanto os cargos de tesoureiro e secretário forem exercidos por membros do Conselho de Administração serão gratuitos.

Art. 45.º — O Conselho de Administração tomará posse na primeira quinzena de Dezembro, tendo em consideração o já estatuído no número 4) do artigo 33.º.

Art. 46.º — A mesa deve reunir sempre que se torne necessário e obrigatoriamente uma vez em cada mês.

Artigo 47.º — São atribuições do Conselho de Administração, além de outras, as seguintes:

1) — Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, os Regulamentos e as deliberações da Assembleia Geral;

2) — Representar a Fundação em juízo e fora dele, com a faculdade de nomear procurador ou delegar;

- 3) — Administrar com zelo os haveres da Fundação;
- 4) — Orientar todas as actividades da Fundação com vista a realizar os fins designados no art. 3.º;
- 5) — Aprovar ou rejeitar a inscrição dos Amigos efectivos da Fundação, aplicar a estes penalidades que venham a ser-lhes atribuídas pela Assembleia Geral;
- 6) — Requerer à respectiva Mesa a convocação de Assembleia Geral sempre que o considere necessário;
- 7) — Apresentar à Mesa da Assembleia Geral os cadernos eleitorais, nos termos do número 7) do art. 33.º;
- 8) — Elaborar o orçamento e o plano de actividades e apresentá-los à Assembleia Geral para os fins do número 3) do art. 33.º;
- 9) — Elaborar o relatório e contas para, com o parecer do Conselho Fiscal, serem presentes à Assembleia Geral na sessão de Fevereiro de cada ano, número 2) do art. 33.º;
- 10) — Elaborar os Regulamentos internos necessários ao desenvolvimento das diversas actividades da Fundação e zelar pelo seu cumprimento;
- 11) — Admitir e despedir empregados, fixar seus salários e vencimentos, regulamentar os serviços e fiscalizá-los, providenciando para que sejam sanadas as respectivas faltas;
- 12) — Assistir à posse do Conselho de Administração que lhe sucede, assinando o respectivo auto ou termo, procedendo à entrega dos bens e valores da Fundação, mediante inventário;
- 13) — Aceitar doações, heranças ou legados feitos à Fundação, desde que não impliquem encargos. Quando impliquem encargos para a Fundação será ouvida, quanto à aceitação a Assembleia Geral;
- 14) — Proceder às aquisições que se tornem necessárias ou convenientes à Fundação, incluindo as que contribuem para o seu enriquecimento e autorizar o respectivo pagamento;
- 15) — Organizar e ter sempre actualizado o inventário dos bens e suas existências;

16) — Promover o cumprimento dos encargos provenientes das doações onerosas.

Art. 48.º — Das reuniões do Conselho de Administração será lavrada acta em livro próprio, com termo de abertura e encerramento e as folhas rubricadas pelo Presidente, devendo a mesma ser lida, para efeito de aprovação, no fim da sessão.

Art. 49.º — Compete ao Presidente do Conselho de Administração, além de outras:

- 1) — Presidir às reuniões do Conselho de Administração e dirigir os seus trabalhos;
- 2) — Convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;
- 3) — Promover a tudo quanto for conveniente à realização do disposto no artigo 47.º;
- 4) — Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar todos os livros além do mencionado no artigo anterior, mas com excepção do referido no número 4) do art. 39.º;
- 5) — Assinar juntamente com o Tesoureiro as ordens de pagamento e os cheques para levantamento.
- 6) — Assinar os cartões concedidos aos Amigos da Fundação mencionados no número 1.º do artigo 18.º.
- 7) — Outorgar em nome da Fundação os contratos devidamente autorizados;
- 8) — Exercer as mais atribuições que por delegação da mesa lhe pertencam.

Art. 50.º — Compete ao Secretário:

- 1) — Orientar o serviço da Secretaria e expediente;
- 2) — Lavrar as actas das sessões que serão devidamente assinadas pelos respectivos membros que assistam às mesmas;
- 3) — Fornecer ao Conselho Fiscal ou a qualquer dos seus membros os elementos por eles solicitados;
- 4) — Proceder, juntamente com o Tesoureiro, ao inventário de todos os haveres da Fundação e tê-lo sempre em dia.

Art. 51.º — Compete ao Tesoureiro:

1) — Arrecadar todos os fundos e rendimentos da Fundação;

2) — Proceder à emissão e cobrança das quotas;

3) — Satisfazer as ordens de pagamento, aprovadas previamente em reunião do Conselho de Administração;

4) — Dar conta do estado da Tesouraria ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, mediante balancetes bimensais, assinados por ele e pelo Presidente do Conselho de Administração;

5) — Ter sempre regularizado e em dia os livros de receita e de despesa;

6) — Depositar à ordem da Fundação as verbas destinadas aos Fundo Disponível e de Reservas, como se determina no artigo 8.º;

7) — Passar e assinar recibo de todas as importâncias;

8) — Assinar juntamente com o Presidente as ordens de pagamento e os cheques para levantamento.

### CAPITULO III

#### Conselho Fiscal

Art. 52.º — O Conselho Fiscal compõe-se dos seguintes membros:

— Um Presidente

— Dois Vogais

1) — Os membros deste Conselho, nomeados por disposição testamentária, são, quanto ao exercício do cargo, de duração vitalícia nos termos já referidos no número 1) do art. 25.º;

2) — O Presidente e Vogais, quanto ao exercício do cargo, são escolhidos de acordo entre si, uma vez que a disposição testamentária se limitou a identificar as pessoas que deviam fazer parte do Conselho Fiscal;

3) — Os vogais desempenham funções de primeiro e segundo secretário;

4) — No impedimento do Presidente será este substituído pelo primeiro Secretário que, por sua vez, será substituído pelo segundo Secretário.

Art. 53.º — Quando, por qualquer motivo, o número de elementos do Conselho Fiscal se torne definitivamente inferior a dois, deverá o membro do Conselho, em exercício, comunicar o facto, dentro de vinte dias a contar da última vaga, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para que este promova, dentro de trinta dias, uma sessão a fim de se elegerem novos elementos para completar o mesmo Conselho.

Artigo 54.º — A responsabilidade das medidas tomadas pelo Conselho Fiscal incide sobre os seus membros individual e solidariamente.

Art. 55.º — O Conselho Fiscal é obrigado a responder a todas as consultas que lhe sejam feitas pelos mais corpos directivos, em assuntos da sua competência.

Art. 56.º — É admissível a recusa do exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal, sempre que este se torne incompatível com o estado de saúde ou por qualquer outro motivo alegado e atendível.

§ único — Em tal caso compete à Assembleia Geral conhecer e pronunciar-se sobre o requerido.

Art. 57.º — O Conselho Fiscal reúne ordinariamente sempre que o seu Presidente entender ou for solicitado por qualquer outro Corpo Directivo.

Artigo 58.º — Compete ao Conselho Fiscal:

1) — Fiscalizar os actos da Direcção e as contas, tendo o seu Presidente a faculdade de assinar com o Presidente e o Tesoureiro do Conselho de Administração, os balancetes;

2) — Assistir às reuniões do Conselho de Administração sempre que o julgue conveniente ou for para elas convocado;

3) — Apreciar o relatório e contas, anualmente elaboradas pelo Conselho de Administração, dando sobre eles o seu parecer por escrito;



4) — Requerer a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgue necessário;

5) — Fiscalizar a legalidade do acto eleitoral.

Art. 59.º — O Conselho Fiscal é solidariamente responsável com o Conselho de Administração pelos actos deste, sobre que tenha dado parecer favorável.

## TÍTULO VII

### Disposições gerais e transitórias

Art. 60.º — A Fundação, respeitando e observando os preceitos constitucionais, mantém-se absolutamente estranha a questões de ordem política e religiosa.

Art. 61.º — A revisão e alteração destes Estatutos, assim como as de qualquer Regulamento aprovado pela Assembleia Geral, podem ser propostas à Mesa desta Assembleia, para discussão e aprovação.

1) — A proposta tem de ser assinada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal;

2) — O Presidente da Mesa convocará a Assembleia Geral expressamente para este fim nos termos do artigo 32.º, mencionado-se na convocatória as alterações propostas.

Art. 62.º — Só podem ser eleitos para os Corpos Directivos da Fundação os Amigos efectivos desta, mas que sejam naturais do concelho de Águeda.

Art. 63.º — Em caso algum a Fundação poderá fundir-se com outra ou qualquer Associação.

Art. 64.º — No caso de dissolução ou extinção da Fundação, todos os haveres terão o mesmo destino do não recolhimento previsto na disposição testamentária, com excepção dos edifícios destinados ao Jardim-Escola e Cantina que ficam a pertencer ao Estado — Ministério da Educação Nacional.

Art. 65.º — Depois do falecimento de D. Alice Cardoso Pinheiro e da sua sobrinha Ana Ferreira Pinheiro, compete à Fundação, por intermédio do seu Conselho de Administração, vigiar pela conservação do Jazigo-Capela do seu Fundador, mantendo-o sempre sob a sua guarda, se o contrário não for determinado pelo herdeiro do Senhor Dionísio Pinheiro.

Art. 66.º — Logo que se verifique a instalação definitiva da «Casa Museu», será a guarda e conservação de todos os valores ou objectos artísticos nela existentes confiados a um guarda, de preferência casado, que por eles se tornará responsável e terá a sua residência em dependências anexas ao mesmo Museu.

Art. 67.º — O Conselho Administrativo, logo que a situação económica da Fundação o permita, pode nomear uma conservadora da «Casa Museu» que deve ter os conhecimentos necessários para poder elucidar os visitantes quanto ao valor artístico dos objectos expostos.

Art. 68.º — Completamente instalado o «Museu», deverá este, bem como a Biblioteca, estarem abertos quatro dias por semana, incluindo nestes os Domingos, durante cinco horas em cada dia, sendo as entradas pagas, se o Conselho de Administração assim o deliberar.

Art. 69.º — Compete ao Conselho de Administração efectuar e conservar, devidamente actualizados, o seguro dos edifícios que a Fundação possuir e todos os bens móveis e valores artísticos que neles existam.

Art. 70.º — Os Amigos da Fundação eleitos para os corpos directivos e os nomeados para quaisquer funções de Direcção ou orientação, só devem entrar em exercício depois de sancionada a eleição ou nomeação por quem de direito.

Art. 71.º — É da competência de Presidente do Conselho de Administração a convocação da Assembleia Geral, como colégio eleitoral, para a eleição dos primeiros presidente e vogais da mesma Assembleia, devendo, quanto à constituição da Mesa, observar-se o disposto no número 2) do artigo 30.º.



Art. 72.º — Na urbanização do terreno indicado pelo Fundador para a construção dos edifícios destinados à «Casa Museu» e Jardim-Escola, são de ter em consideração, em princípio, as negociações preliminares realizadas entre o mesmo Fundador e a Câmara Municipal de Águeda, constantes da acta de 9 de Setembro de 1968, sem prejuízo de para tanto se dar conhecimento a quem de direito.

Art. 68.º — Logo que se verifique a instalação definitiva da «Casa Museu», será a guarda e conservação de todos os valores ou objectos artísticos existentes confiada a um guarda, de preferência casado, que por eles se tornará responsável e terá a sua residência em dependência directa do mesmo Museu.

Art. 67.º — O Conselho Administrativo, logo que a situação económica da Fundação o permitir, nomeará uma comissão de salvaguarda da «Casa Museu» que deve ter as competências necessárias para poder escolher os visitantes quanto ao valor artístico dos objectos expostos.

Art. 66.º — Completamente instalada a «Fundação», deverá este, bem como a Biblioteca, estar em condições de funcionamento, incluindo nestas as seguintes condições: cinco horas em cada dia, sendo as restantes para o Conselho de Administração, assim o deliberar.

Art. 65.º — Compete ao Conselho de Administração estudar e conservar, devidamente actualizados, o seguro das edificações que a Fundação possui e todos os bens móveis e valores artísticos que nelas existam.

Art. 70.º — Os Amigos da Fundação terão os seguintes direitos e os nomeados para quaisquer funções de Direcção ou orientação, não devem exercer um exercício depois de terem nada a objectar ou nomeação por quem de direito.

Art. 71.º — É da competência do Presidente do Conselho de Administração a organização de Assembleia Geral, com o objecto eleitoral para a eleição dos respectivos presidentes e para a eleição de membros da Assembleia Geral, quando a Assembleia Geral estiver em funcionamento.

Composto e impresso em

*Gráfica Ideal*

Telex. 62458 — ÁGUEDA